

INTELECTUAIS NEGRAS INSURGENTES, INTERSECCIONALIDADES E EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Ana Luisa Alves Cordeiro*
Universidade Federal de Mato Grosso
<https://orcid.org/0000-0003-3270-2376>

RESUMO

Experiências que colocam em diálogo a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de uma educação popular voltada para emancipação humana, têm sido giros importantes para a construção de outras sociabilidades. O objetivo é analisar o Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Relações Raciais e Educação, de junho a dezembro de 2023, no âmbito do Programa de Extensão “Ação Afirmativa no Ensino Superior: articulações de vivências e saberes na UFMT – Edição 2023”. Caracteriza-se enquanto uma análise qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, a partir da categoria teórico-metodológica das interseccionalidades. A extensão promoveu processos formativos a partir dos Feminismos Negros Insurgentes na interface com a educação e a arte, da compreensão de como raça, gênero e classe, e outras intersecções operam no concreto da vida das mulheres negras, bem como de outras mulheres da Amazônia Legal.

Palavras-chave: Educação Superior; Extensão Universitária; Formação Antirracista.

ABSTRACT

INSURGENT BLACK WOMEN INTELLECTUALS, INTERSECTIONALITIES, AND EDUCATION FOR HUMAN EMANCIPATION

Experiences that put into dialogue the inseparability of teaching, research and extension, from the perspective of a popular education aimed at human emancipation, have been important turns for the construction of other sociability. The objective is to analyze the Extension Project “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, carried out by the Center for Studies and Research on Race Relations and Education, from June to December 2023, within the scope of the Extension Program “Affirmative Action in Higher Education: articulations of experiences and knowledge at UFMT – 2023 Edition”. It is characterized

* Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (DTFE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Instituto de Educação (IE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT). Cuiabá/ Mato Grosso/ Brasil. E-mail: ana.cordeiro@ufmt.br

as a qualitative analysis, of a bibliographic and documentary type, based on the theoretical-methodological category of intersectionalities. The extension promoted formative processes based on Insurgent Black Feminisms at the interface with education and art, understanding how race, gender and class, and other intersections operate in the concrete lives of black women, as well as other women from the Legal Amazon.

Keywords: Higher Education, University Extension, Anti-Racist Training.

RESUMEN

INTELECTUALES NEGROS INSURGENTES, INTERSECCIONALIDADES Y EDUCACIÓN PARA LA EMANCIPACIÓN HUMANA

Las experiencias que ponen en diálogo la inseparabilidad de la docencia, la investigación y la extensión, desde la perspectiva de una educación popular orientada a la emancipación humana, han sido giros importantes para la construcción de otras sociabilidades. El objetivo es analizar el Proyecto de Extensión “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, realizado por el Centro de Estudios e Investigaciones sobre Relaciones Raciales y Educación, de junio a diciembre de 2023, en el ámbito del Programa de Extensión “Acción Afirmativa en la Educación Superior”. Educación: articulaciones de experiencias y conocimientos en la UFMT – Edición 2023”. Se caracteriza por ser un análisis cualitativo, de tipo bibliográfico y documental, basado en la categoría teórico-metodológica de las interseccionalidades. La extensión promovió procesos formativos basados en Feminismos Negros Insurgentes en la interfaz con la educación y el arte, entendiendo cómo la raza, el género y la clase, y otras intersecciones operan en la vida concreta de las mujeres negras, así como de otras mujeres de la Amazonía Legal.

Palabras clave: Educación Superior; Extensión Universitaria; Formación Antirracista.

Introdução¹

“Hoje cada um de nós toma a voz, isso é um avanço fabuloso [...] isso de que o outro possa falar [...] é criar condições para que cada um afirme sua fala” (Neusa Santos Souza).²

Este artigo se insere no contexto de discussão sobre os processos de democratização do acesso na educação superior, induzido ao longo das últimas décadas pelas políticas de ações afirmativas para a população negra, bem como das relações étnico-raciais em suas

interseccionalidades, da luta histórica dos movimentos negros, de mulheres negras e organizações antirracistas brasileiras pelo direito à educação, bem como do pensamento feminista negro insurgente, que nos tem possibilitado instrumentalidade teórico-metodológica e política para compreender as complexidades que afetam em específico as trajetórias de mulheres negras.

No entanto, uma educação transformadora envolve um profundo processo que implica numa democratização da educação superior de modo mais amplo, não apenas do acesso a ela, mesmo que compreendamos o acesso de modo ampliado (ingresso, permanência, formação,

1 Texto revisado e normalizado por Eliane da Silva, profissional de Letras, habilitação Português e Inglês.

2 Programa Espelho, entrevista de Neusa Santos Souza feita a Lázaro Ramos, exibido em 2009, no Canal Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

conclusão). Com isso, democratização da educação superior implica em transformações sociais estruturais de sistemas de poder que geram processos de dominação e subordinação de alguns grupos sociais sobre outros, o que se nomeia aqui enquanto capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio garantido na Constituição Federal de 1988, Art. 207^o, a qual dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Conforme Nadia Gaiofatto Gonçalves (2015):³

[...] o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que propugne uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais (Gonçalves, 2015, p. 1235).

Experiências que colocam em diálogo a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de uma educação popular voltada para emancipação humana, têm sido giros importantes para a construção de outras sociabilidades, para a produção de um conhecimento crítico a partir da coletividade, do diálogo entre a universidade e os movimentos sociais populares, da descolonização de um currículo que desconsidera as intelectualidades negras e latino-americanas.

Para bell hooks⁴ (1995, p. 478), “[...] quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece

fundamentalmente a vida”, o que torna emergente que sejam criadas condições mínimas de afirmação positiva da população negra, parafraseando Neuza Santos Souza, autora da obra “Tornar-se negro” (2021), citada na epígrafe, em entrevista concedida a Lázaro Ramos, no Programa Espelho.

O objetivo deste artigo é analisar o Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros⁵”, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Relações Raciais e Educação, de junho a dezembro de 2023, no âmbito do Programa de Extensão “Ação Afirmativa no Ensino Superior: articulações de vivências e saberes na UFMT – Edição 2023”. O aporte teórico-metodológico aqui utilizado abarca referenciais que fazem a interface entre a Educação das Relações Étnico-raciais e o Feminismo Negro numa perspectiva insurgente, ou seja, aquela que visa a transformação social no sentido do enfrentamento e superação do capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal. A análise é de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, a partir da categoria teórico-metodológica das interseccionalidades. A abordagem qualitativa é aqui entendida, a partir de Maria Cecília Minayo (2011), como aquela que:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2011, p. 21).

3 Com intuito de visibilizar intelectuais negras a primeira menção ao nome de autoras ou autores será feita com a escrita do nome completo.

4 O nome bell hooks é escrito todo em minúsculo por pedido da autora, sendo um pseudônimo de Gloria Jean Watkins, homenagem que a autora faz a avó dela, admirada por não ter medo de falar.

5 Projeto “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” foi aprovado no Edital PROCEV/UFMT n. 001/EXT/2023 - Fluxo Contínuo de Ações de Extensão e homologado com o Protocolo: 110520231859171304, no âmbito do Programa de Extensão “Ação Afirmativa no Ensino Superior: articulações de vivências e saberes na UFMT – Edição 2023”, homologado com o Protocolo: 120520231411511228. Vincula-se ainda ao Projeto de Pesquisa “As Interseccionalidades de Gênero, Raça e Classe na Educação Brasileira”, financiado pela Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes, Processo: 421555/2023-8, ambos coordenados pela autora deste trabalho.

A pesquisa bibliográfica se desenvolve “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44) e a documental, realizada a partir de documentos, é “[...] uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Ludke; André, 1986, p. 38).

A extensão promoveu processos formativos a partir dos Feminismos Negros Insurgentes na interface com a educação e a arte, da compreensão de como raça, gênero e classe, e outras intersecções operam no concreto da vida das mulheres negras, bem como de outras mulheres da Amazônia Legal, e suas formas de mobilização para práxis emancipatórias.

Com coordenação da docente vice-coordenadora do NEPRE na época, organização feita por docentes da Pedagogia e do Serviço Social, discentes da graduação e pós-graduação, teve parceria com o Centro Cultural Casa das Pretas de Mato Grosso e a Cantora Gê Lacerda.

Oyá é um termo de origem iorubá e faz referência a iabá Iansã, orixá africana, no sentido de inspiração em sua energia transformadora que, por meio da luta, desconstrói e reconstrói a realidade. A extensão teve duração de sete meses, com carga horária total de 640 horas e distribuição de carga horária diferenciada entre equipe e cursistas. Ofertou um quantitativo de 40 vagas, na modalidade presencial, com encontros que ocorriam alternadamente e de forma quinzenal no Instituto de Educação da UFMT, campus Cuiabá/MT e no Centro Cultural Casa das Pretas, de Mato Grosso, às quartas-feiras no período noturno.

Além do estudo de textos de intelectuais negras, as cursistas realizavam a mediação das reflexões com as artes, em especial a música, e algumas, que almejavam a pós-graduação, também realizaram a elaboração de projetos de pesquisas. A ideia foi constituir a partir da extensão um espaço coletivo de mulheres negras lendo mulheres negras, sendo que o

quantitativo de cursistas foi formado majoritariamente por grupos com este perfil, porém, mulheres não negras também participaram. De início, foi visível como uma sala repleta de mulheres negras destoava das salas que estávamos acostumadas a frequentar ao longo de nossas trajetórias escolares, em que quase sempre fomos/somos minorias, portanto, a extensão pode se fazer um espaço de recriar potencialidades:

[...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que — racional e emocionalmente — reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (Souza, 2021, p. 46).

Com isso, a experiência de vida que traziam se entrelaçava aos textos das intelectuais negras, ali se vislumbravam teóricas também, mulheres negras se deslocando do lugar de objeto de estudo, para sujeitas que produzem conhecimento.

Esse deslocamento, essa descolonização das mentes e corpos, é destacada por Grada Kilomba (2019, p. 28), “[...] Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. [...] o ato da escrita como um ato de tornar-se [...] Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou.” Para hooks (1995), a presença das intelectuais negras engajadas nas universidades será encarada como suspeita, visto que ameaçam o *status quo* racista e sexista, portanto, “[...] intelectual não é apenas alguém que lida com ideias [...] é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a

necessidade de fazê-lo [...] lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla” (hooks, 1995, p. 468).

Por fim, o texto está organizado em três seções, além da introdução e considerações provisórias, numa compressão da potencialidade que a extensão possui na construção de espaços estratégicos para o diálogo entre a universidade e a sociedade, para tecituras coletivas de compreensões dos problemas sociais de nossos tempos.

Na primeira seção, “Mulheres Negras e o Trabalho Intelectual Insurgente”, abordamos a fundamentação teórica a partir do Feminismo Negro Insurgente e da Educação das Relações Étnico-raciais, do trabalho intelectual crítico como lugar social das mulheres negras. Na segunda seção, “A Instrumentalidade Teórico-metodológica da Interseccionalidade”, refletimos sobre o aporte teórico-metodológico da categoria da interseccionalidade de raça, gênero e classe. E na terceira seção, “Projeto de Extensão ‘Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros’”, descrevemos o processo de construção e execução da extensão e analisamos suas implicações numa educação para emancipação humana e enfrentamento ao capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal.

Mulheres Negras e o Trabalho Intelectual Insurgente

“[...] Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que *muitas* identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?” (Kilomba, 2019, p. 13, grifos da autora).

Ao refletirmos sobre a dimensão da extensão e de sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, já apontamos a importância de refletirmos sobre a concepção de educação que está imbricada com a concepção de sociedade que carregamos e que atravessam nossas práticas pedagógicas. As mulheres negras ocupam historicamente na sociedade brasileira um não

lugar social, ou seja, somos empurradas para lugares de subalternidade, de alijamento de direitos, de luta pelo reconhecimento da nossa humanidade e de uma vida digna, contextos que dificultam o desenvolvimento de nossas potencialidades, nos expõem a violências e violação de direitos.

As poucas de nós que adentram a educação superior, seja como docente ou discente, se veem diante de uma jornada muitas vezes exaustiva, que exigem de nós cotidianamente processos de autodefinição e autoavaliação (Collins, 2016). Visto que, como aponta Kilomba (2019), o sistema racista sistematicamente desqualifica nossas vozes, invalida nossos conhecimentos, e faz da branquitude especialista da nossa cultura, com isso “[...] somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a.” (Kilomba, 2019, p. 51).

Porém, o trabalho intelectual insurgente, ou seja, crítico, nos aponta para a importância que ele tem para a coletividade negra e toda a sociedade, numa perspectiva de emancipação humana, de descolonização e libertação de corpos e mentes. Nesse sentido, hooks (1995) expressa que:

[...] Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. Confirmou desde o início o que líderes negros do século XIX bem sabiam - o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes (hooks, 1995, p. 466).

O Brasil possui a segunda maior população negra no mundo, atrás apenas da Nigéria (Continente Africano). O Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, apontou que dos 203.080.756 habitantes, 55,5% se autodeclararam de cor preta e parda (população negra), para 45,3% branca, sendo que 51,5% da população brasileira é feminina, para 48,5% masculina. Da população feminina, as mulheres negras são a maioria populacional entre as mulheres, representam 54% destas, porém minoria em direitos diante da população geral brasileira.

As mulheres negras estão na base da pirâmide social, recebem os piores salários e ocupam os trabalhos mais precarizados, o que significa ausência de carteira assinada. Dos 5,8 milhões de pessoas ocupando o trabalho doméstico em 2022, 92% são mulheres, destas, 61,5% são mulheres negras⁷, ocupando o trabalho de modo informal, além de serem as principais responsáveis pelo cuidado na sociedade patriarcal, o que leva a duplas e triplas jornadas de trabalho.

No 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2022, fica evidente, mais uma vez, que a fome tem cor no Brasil. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%. Isso quer dizer que em 65% dos lares cujas pessoas responsáveis são pretas ou pardas, estas convivem com restrições de alimentos em qualquer nível.

Comparando com o 1º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, de 2020, em 2021/2022,

a fome saltou de 10,4% para 18,1% entre os lares comandados por pessoas pretas e pardas (população negra), especialmente os que têm como referência a mulher negra. As diferenças são expressivas na comparação entre os lares chefiados por homens e os chefiados por mulheres no período dos dois Inquéritos da Rede PENSSAN. Nas habitações em que as mulheres são responsáveis, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares cujos responsáveis são os homens, a fome passou de 7,0% para 11,9% (PENSSAN, 2022). Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros. A divisão sexual do trabalho marcada racialmente implica em desigualdades salariais e educacionais.

Relata hooks (1995, p. 474) que “Na discussão com outras negras descobri que nosso tempo para pensar normalmente só ocorria quando se haviam terminado os afazeres domésticos. Era sempre tempo roubado” e isso expressa, o quanto “O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros” (hooks, 1995, p. 468). Com isso, a superação do capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal envolve desonerar as mulheres negras única e exclusivamente do trabalho doméstico, o que torna, para hooks (1995, p. 478), o “domínio intelectual um lugar interdito”. A perpetuação dessa iconografia, pode-se dizer, é, como pontua Kilomba (2019, p. 28), a “reencenação de um passado colonial”.

Sueli Carneiro (2011, p.116) aponta o “[...] círculo vicioso em que a falta da escolaridade exigida torna-se motor da exclusão do emprego e a ausência do emprego é mais uma fonte de impedimento do acesso, da permanência e da conquista dos níveis superiores de escolaridade”, o que exige atuação do Estado para enfrentar e romper com fatores que perpetuam a subalternidade da população negra.

E aqui, as políticas de ações afirmativas são primordiais enquanto estratégias de enfren-

6 Censo Demográfico 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

7 Nota Informativa nº 2/2023 MDS/SNCF. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

tamento ao racismo em suas interseccionalidades, especialmente no âmbito da educação. E a compreensão disso para a comunidade acadêmica é fundamental para os avanços sociais que nosso país, logo, nossa universidade, precisam engendrar rumo aos ventos de outras sociabilidades, nas quais a população negra tenha sua existência e humanidade respeitadas.

O processo de democratização do acesso à educação superior brasileira, em especial, às políticas de ações afirmativas para pessoas negras no ingresso na educação superior, seja na graduação (Lei n. 12.711/2012), como na pós-graduação (Portaria Normativa n. 13/2016), têm ampliado a presença de pessoas negras nas universidades brasileiras. Logo, propiciando possibilidades da ampliação de uma intelectualidade negra.

Recentemente, a Lei n. 14.723/2023 alterou a Lei n. 12.711/2012, dispondo sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência, bem como daquelas que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Tivemos mudanças, dentre as quais podemos citar inserção da população quilombola, a obrigatoriedade de ações afirmativas não apenas na graduação, mas também na pós-graduação, pois, anteriormente, havia apenas a indução, entre outras. Porém, as universidades estaduais e municipais mais uma vez ficaram fora da legislação federal. Joaquim Barbosa Gomes (2005) define as ações afirmativas enquanto:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2005, p. 55).

A ampliação da presença negra nas universidades públicas pode ser observada por meio de estatísticas disponibilizadas tanto pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser, 2010), Censo da Educação Superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (Brasil, 2020), como pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Coleta de Dados na Plataforma Sucupira (2022).

Conforme o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010 (Laeser, 2010), dados sobre a taxa bruta (população adequada ao nível de ensino) e taxa líquida (população matriculada no nível de ensino), nos anos 1988, 1998 e 2008, evidenciam que entre 1988 e 2008, a taxa bruta de escolaridade superior da população total brasileira foi de 8,6% para 25,5%, aumento proporcional de 197,8%. Embora as mulheres apresentem uma taxa bruta de escolaridade superior mais elevada no período, o percentual das mulheres brancas é quase o dobro das mulheres negras. Em 1988, quase 100% da juventude negra não frequentava a educação superior, sendo que em 2008 a taxa caiu apenas para 92,3%, ou seja, a juventude negra em idade adequada à educação superior vivenciava um processo de alijamento da universidade naquela época.

O Censo da Educação Superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aponta que das 9.218.952 matrículas do ano em questão, 77,75% estavam no setor privado e 22,25% no setor público, e que há:

[...] predominância feminina, por categoria administrativa: categoria privada com fins lucrativos (61,1%); categoria municipal (59,7%), categoria privada sem fins lucrativos (59,5%); categoria estadual (54,4%); e categoria federal (51,2%). Para as declarações de cor/raça relativas ao aluno de graduação matriculado, também se destaca o elevado percentual da opção Não declarado (1.805.571 ou 19,9%) [...] a opção Não declarado consiste no somatório das categorias Não dispõe da informação e Aluno não

quis declarar a cor/raça. Além disso, para 5.119 alunos matriculados, não há informação de cor/raça. Quanto à participação das cores/raças, propriamente ditas, têm-se: branca (3.752.736 ou 41,4%), parda (2.693.336 ou 29,7%), preta (642.686 ou 7,1%), amarela (135.339 ou 1,5%) e indígena (41.900 ou 0,5%) (Brasil, 2024, p. 47-48).

Quando pensamos a dimensão da extensão, cabe lembrar que, conforme o Decreto n. 9.235/2017, “as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários; e III - universidades”, ou seja, como destaca Gonçalves (2015, p. 1236) “[...] o princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão constitui uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade”. Se a expansão do setor privado, especialmente aquele com fins lucrativos, se constitui majoritariamente nos formatos de faculdades e centros universitários, onde ficaria o lugar da extensão com o processo de precarização das universidades públicas?

O Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” aqui analisado alinha-se ao ensino, uma vez que a coordenadora da extensão ministra a disciplina Educação das Relações Étnico-raciais e a dimensão da pesquisa, uma vez que coordena projeto de pesquisa e orienta pesquisas na graduação (trabalhos de conclusão de curso e PIBIC) e na pós-graduação, a partir do aporte teórico-metodológico do Feminismo Negro Insurgente e sua categoria da interseccionalidade, no âmbito da educação brasileira.

Além disso, como já mencionado, estabeleceremos parceria com o Centro Cultural Casa das Pretas, de Mato Grosso, com intuito de afirmar positivamente e prioritariamente mulheres negras, sem excluir outras mulheres da Amazônia Legal, de modo que sintam uma rede de apoio social e acadêmica para se compreender a realidade da mulher negra na sociedade

brasileira, galgando uma linguagem política que fortaleça e possibilite para práxis políticas emancipatórias.

A universidade, cada vez mais, precisa compreender como o racismo opera em interseccionalidade com gênero e classe, para que ações mais sistemáticas sejam empreendidas para que o ambiente acadêmico seja salutar para as mulheres negras, bem como outras mulheres. Deste modo, a proposição desta ação de extensão se inseriu numa ampla rede de ações e pesquisas, bem como de ativismo de mulheres negras, que fazem a interlocução do modo como raça, gênero e classe operam interseccionalmente na interface com a educação, em especial na educação superior brasileira.

Ao olharmos para a pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Coleta de Dados na Plataforma Sucupira, em 2022⁸, explicita que de 424.080 atuações discentes (mestrado e doutorado), 231.290 (54,54%) autodeclararam-se do sexo feminino e 192.790 (45,46%) autodeclararam-se do sexo masculino. No quesito raça/ cor, 183.851 não informaram, 155.155 autodeclararam-se pessoas brancas, 59.702 pardas, 21.418 pretas, 2.612 amarelas, 1.343 indígenas, o que aponta ainda a necessidade de ampliação de ações afirmativas, pois quanto maior o nível de ensino, mais tende a se ampliar as desigualdades étnico-raciais em suas interseccionalidades. Vale ressaltar que, neste dado, de 424.080 discentes temos as situações de 325.311 matriculados/as, 82.367 titulados/as, 11.621 desligados/as, 4.484 abandonos e 298 mudanças de nível sem defesa.

Ao observarmos os quadros docentes, o cenário de desigualdades se acentua, nesse espaço de poder a presença de pessoas negras é ainda menor, mesmo que exista reserva de vagas em concursos públicos (Lei n. 12.990/2010), o que nos recorda a epígrafe desta seção, “[...] Só quando se reconfiguram as estruturas de

⁸ Coleta Capes 2022, atuações discentes. Disponível em: <<https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/painel/ReportSectionbb557f66f3defb8753b4>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

poder é que *muitas* identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?" (Kilomba, 2019, p. 13, grifos da autora).

Assim, embora ao longo das últimas décadas tenha havido um aumento dos percentuais da presença negra nas universidades, em grande parte devido às ações afirmativas, as desigualdades étnico-raciais em suas interseccionalidades são um desafio a ser enfrentado, inclusive no que tange às condições de permanência, formação e conclusão da população negra. E mais, envolve uma luta ampla pela defesa da universidade pública, laica, gratuita, democrática, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Embora ainda tenhamos muito a avançar quando falamos do enfrentamento ao racismo em suas interseccionalidades na educação e na sociedade brasileira, esses visíveis avanços da presença negra na educação superior são oriundos de uma dinâmica social fruto da luta histórica do movimento negro, de mulheres negras e organizações antirracistas cuja pauta do direito à educação fez e faz parte de uma agenda política, bem como enquanto um campo estratégico para as transformações sociais, ou seja, o enfrentamento e superação do capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal.

O movimento negro, conforme Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), é entendido enquanto "[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade". Assim, em seu sentido educador, é importante:

[...] compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações (Gomes, 2017, p. 23).

Portanto, conforme Patrícia Hill Collins (2016, p. 101), o pensamento feminista negro "consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras". Rosalia Lemos (2016, p. 17), destaca que o "feminismo negro foi definido como um movimento de lógica política para combater as múltiplas e simultâneas opressões a todas as mulheres negras", com registros de escritoras negras brasileiras já na década de 1940, surge entre ativistas negras, sendo por natureza interseccional. Na próxima seção abordaremos a interseccionalidade, categoria teórico-metodológica do Feminismo Negro.

A Instrumentalidade Teórico-metodológica da Interseccionalidade

"Então é melhor falar, tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos" (Audre Lorde)

O pensamento feminista negro expressa uma perspectiva singular de experiências de mulheres negras que poderão ser compartilhadas pelo grupo de mulheres negras, entretanto, para não recair numa visão genérica dessas mulheres, é importante considerar as diversidades de classe, região, geração e orientação sexual que constituem suas vidas individuais. Com isso, "temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas", o que traz implicações para as mulheres negras intelectuais que é a "produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras [...] o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana" (Collins, 2016, p. 101-102).

Com isso, como já destacamos, é um pensamento que emerge junto às ativistas, ao movimento de mulheres negras, e só adentra

a universidade se constituindo enquanto um campo teórico-metodológico porque nós, ativistas feministas negras, estamos adentrando as universidades enquanto docentes e discentes e fazendo nossas pesquisas a partir desse *lócus* analítico. Não sem estranhamentos, muitas de nós, bem como das intelectuais que utilizamos, somos desqualificadas enquanto sujeitas que produzem Ciência, algo que hooks (1995) já nos chamava a atenção, seremos estranhadas, uma vez que questionamos o *status quo* com nosso trabalho intelectual insurgente, aquele voltado para emancipação humana da população negra, para a denúncia e desconstrução das distorções construídas em relação às mulheres negras.

Na semana em que Grada Kilomba esteve no Brasil, no Programa Roda Viva⁹, tivemos estudantes negras hostilizadas e desqualificadas por um docente ao apresentarem o livro “Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano”, elas e a própria Grada Kilomba foram desqualificadas como intelectuais, algo muito simbólico num momento em que diversas falas da intelectual circulavam nas redes sociais. Embora sejam violências que impactem nosso trabalho livre e criativo, é como mencionamos na epígrafe com o poema “Ladainha pela Sobrevivência”, de Audre Lorde, “[...] é melhor falar, tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos”, poema lido durante nossos encontros do Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”. As cursistas eram convidadas a trazerem e/ou comporem poemas e poesias.

Carla Akotirene (2019, p. 18-19) aponta que o Feminismo Negro é por natureza interseccional, enquanto uma sensibilidade analítica, teoria e ferramenta política, além do conjunto de experiências e ideias que o grupo de mulheres negras pode compartilhar, como apontado anteriormente. Ela destaca que Kimberlé Crenshaw, após a Conferência Mundial contra

o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, sistematizará o conceito de interseccionalidade, o qual:

[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 18-19).

Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade refere-se à interação de dois ou mais fatores de subordinação, a forma como o racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios geram desigualdades que estruturam as posições sociais das mulheres, raças, classes, entre outros.

Nesse sentido, ao pensar as avenidas e suas coalizões, na produção de conhecimento crítico e insurgente, no Feminismo Negro, podemos considerar a ideia das encruzilhadas, expressão presente nas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras enquanto um lugar de oferta. O termo é usado por Akotirene (2019), para se referir às coalizões múltiplas que afetam as mulheres, bem como ao letramento ali produzido:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo [...] Tais mulheres depositam confiança na oferta analítica da interseccionalidade, preparada por suas intelectuais além de, sucessivamente, oferecerem no espaço público o alimento político para os Outros, proporcionando o fluxo entre teoria, metodologia e prática aos acidentados durante a colisão, amparando-os intelectualmente na própria avenida do acidente (Akotirene, 2019, p. 23).

Portanto, o Feminismo Negro numa perspectiva insurgente, a partir da sua categoria teórico-metodológica da interseccionalidade, anuncia três estruturas de poder – raça, gênero e classe – que produzem sistemas de poder, que geram processos históricos de domina-

⁹ Programa Roda Viva da TV Cultura, com Grada Kilomba. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=up-F2Pzf0LY>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ção e subordinação – racismo, patriarcado e capitalismo.

A persistência do racismo na sociedade brasileira, bem como do patriarcado e capitalismo, pode ser entendida devido a serem sistemas de poder que geram vantagens materiais e simbólicas para determinados grupos, e desvantagens materiais e simbólicas para outros grupos, por isso, construções tão arraigadas, porém não impossíveis de transformação.

Deste modo, a raça aqui não é entendida numa perspectiva biológica, mas sim enquanto um constructo social:

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua funcionando como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (Hasenbalg, 1982, p. 89-90).

Kilomba (2019, p. 75-80), ao conceituar o racismo, elenca três características. A primeira seria a construção da diferença, dos/as outros/as que diferem racialmente, o que implica na ideia da branquitude, colocando-se enquanto norma e referência. A segunda é que tais diferenças estão ligadas a valores hierárquicos, a processos de inferiorização e preconceito. Por último, esses processos se relacionam ao poder histórico, político, social e econômico. A junção de preconceito e poder gera o racismo, a supremacia branca, que impactam na divisão e no acesso a recursos valorizados.

O racismo se materializa nas dimensões estrutural, institucional e cotidiana. O racismo estrutural diz respeito às estruturas sociais e políticas, o racismo institucional refere-se ao tratamento desigual dentro das instituições, e o racismo cotidiano abarca os vocabulários, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que empurram as pessoas negras e as pessoas de cor para a diferença, enquanto outro/a, bem como outridade, que personifica os aspectos reprimidos na sociedade branca. O termo “co-

tidiano” aborda o conjunto de experiências não pontuais, constante exposição ao perigo, a um padrão contínuo abusivo que se repete ao longo da biografia de uma pessoa, como por exemplo, no ônibus, no mercado, na família, entre outros (Kilomba, 2019).

Para Carlos Moore (2007), o racismo tem uma profundidade histórica que extrapola 500 anos, possui bases greco-romanas e árabe-semíticas, não se fundamenta no conceito biológico de raça, nem a partir da escravização de africanos e africanas, mas de um dado universal, o fenótipo:

Tanto o sexismo quanto o racismo compartilham a singularidade de serem dinâmicas determinadas e construídas historicamente e não ideologicamente. Por isso, a gênese desses dois fenômenos não parte de elaborações intelectuais conscientes, mas de conflitos longínquos, cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob forma fantasmática, simbólica e atemporal. A dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando inconfessos –, infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural [...] O sexismo é um fenômeno exclusivamente antimulher e o racismo um fenômeno fundamentalmente antinegro (Moore, 2007, p. 280-281).

O racismo adentra os espaços escolares e universitários. Larissa Pinheiro (2024), em sua dissertação de mestrado intitulada “Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*: A Permanência de Estudantes Negras/os cotistas da UFMT”, questionou por meio de entrevista semiestruturada se as/os estudantes já haviam sofrido racismo na pós-graduação por serem negras/os e/ou cotistas. Uma de suas entrevistadas, Neusa (2023), relata que: “falas racistas [...] falas direcionadas aos nossos aspectos de pesquisa, quando a gente pesquisa algum tipo de epistemologia preta [...] quando a gente destaca o enfoque necessário para as questões raciais [...] sempre vou me manter na defensiva” (Pinheiro, 2024, p. 115).

Ainda, para Joan Scott (1995, p. 86), gênero constitui as relações sociais e baseia-se nas di-

ferências percebidas entre os sexos, bem como é uma “forma primária de dar significado às relações de poder”. Daniela Auad (2003, p. 57) conceitua que “[...] Gênero também é o conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino. Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos”, sendo um conceito que está atrelado ao conceito de patriarcado. Esse vínculo também é apontado por Heleieth Saffioti (2015, p. 47, grifos da autora), a qual liga gênero ao “[...] conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

Porém, Kilomba (2019) aponta a importância de se incluir as complexas estruturas de raça e gênero na definição de patriarcado. Isso é compreensível, uma vez que homens brancos produzem também regimes de dominação-exploração sobre homens negros e indígenas, sobre a natureza, por exemplo.

Josiane dos Santos (2024), em sua dissertação de mestrado intitulada “Políticas De Ação Afirmativa na Pós-Graduação: Fatores Interferentes e Estratégias para a Permanência de Mulheres Negras Cotistas e Mães na UFMT”, traz que uma de suas entrevistadas, Ametista (2023), relata os impactos em tentar conciliar o trabalho, a maternidade, as tarefas domésticas e o ativismo, bem como sua experiência na pós-graduação:

[...] é como se quando eu cheguei aqui [...] alguém desse uma martelada, uma marretada na minha cabeça e aí meu crânio se esfacelou no chão eu vi aquilo e comecei catar os pedacinhos do crânio pra juntar de novo que nesse tempo que eu estou juntando as pessoas vinham e pisavam no meu cérebro, entendeu? (Santos, 2024, p. 114).

Esse relato remete à noção de epistemicídio. Para Carneiro (2011, p. 92-93), o aparelho educacional tem sido fonte de múltiplos processos racistas de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual, de rebaixamento da autoestima, de negação à

população negra da condição de sujeito de conhecimento, da desvalorização e invisibilização das contribuições do Continente Africano para a humanidade, bem como da imposição do embranquecimento cultural e exclusão escolar, processos que ela denomina de epistemicídio.

Assim, podemos afirmar que não há hierarquias nas categorias de raça, gênero e classe, visto que uma intersecção informa a outra. Lélia Gonzales (1984, p. 225) destaca que as noções de “mulata¹⁰, doméstica e mãe preta” desafiam explicações simplistas sobre a complexidade da realidade social das mulheres negras. Reencenações de um mito da democracia racial, a noção de “mulata” remete a uma exaltação exotificada e folclorizada da mulher negra, bem como de abusos sexuais engendrados num passado escravocrata. A noção de “doméstica” é o lado aposto da exaltação, consiste na ideia de que a mulher negra deve carregar nas suas costas a sua família e a dos/as outros/as. E a noção de “mãe preta”, implica o cuidado de tudo e todos/as. Eis o desafio de que a luta de classes incorpore as categorias de raça e sexo, visto que às mulheres negras é negado o estatuto de sujeito humano.

A classe social, a partir de Souza (2021, p. 47), pode ser compreendida como sendo:

[...] estratificação em termos de posição nos processos sociais de produção, dominação e ideologização, isto é, será tomada em conta não só a posição na instância econômica (compra ou venda da força de trabalho), mas também a relação dos agentes com o poder (lugar no aparelho jurídico-político do Estado) e com os emblemas de classes (valores éticos, estéticos, etc.) (Souza, 2021, p. 47).

Lélia Gonzalez (1984) retoma que o processo de acumulação primitiva emerge dois elementos na estrutura do capitalismo, o/a trabalhador/a livre e o capital. Para a autora, no Brasil esse processo foi impactado devido não ter ocorrido mudanças estruturais no

10 O termo “mulata” é um termo pejorativo, uma nomenclatura animal usada para se referir a pessoas que possuem mistura interracial, ou seja, “o cruzamento entre um cavalo e uma mula [...] que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior” (Kilomba, 2019, p. 19).

setor agrário, o que permitiu o crescimento industrial, bem como em relação ao capital há uma característica do país ser dependente no mercado mundial, na produção de alimentos e matéria-prima, o que levou a pilhagem e depois ao comércio exterior como fontes produtoras de lucro, manipuladas a partir das metrópoles. Ao que a autora denomina de capitalismo patriarcal-racista dependente, visto que converte as diferenças em desigualdades, e posiciona mulheres na estrutura de classe, sendo as mulheres ameríndias e amefricanas em sua grande maioria pertencentes ao proletariado afro-latino-americano.

Desse modo, Lorde (2021, p. 69) questiona “com que frequência realmente amamos o nosso trabalho, inclusive nos momentos mais difíceis?” Ela destaca que um sistema que estabelece o que é bom em relação ao lucro e não das necessidades humanas, que determina as necessidades humanas excluindo os componentes psíquicos e emocionais dessas necessidades, acaba por roubar o valor erótico do trabalho, ou seja, sua dimensão de encantamento e realização. Essa dimensão cruel nos aliena, esquecemos quem somos e amamos.

Maria Aparecida Bento (2002) destaca que a branquitude apropriou-se do trabalho de quatro séculos de outro grupo, bem como não quer discutir o legado da escravidão para o branco, o papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil, o que reflete as vantagens concretas, materiais e simbólicas, um silêncio que protege os interesses econômicos envolvidos.

Deste modo, a desumanização das mulheres negras é um processo imbricado na exploração do trabalho destas. Collins (2016) afirma sobre a importância da autodefinição e autoavaliação:

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina

afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das auto-definições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (Collins, 2016, p. 102).

Assim sendo, o Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” assumiu um papel estratégico nos processos de autodefinição e autoavaliação de mulheres negras a partir da aproximação da produção intelectual de mulheres negras, o que abordaremos na próxima seção.

Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”

“Eu não vou sucumbir/ Eu não vou sucumbir/ Avisa na hora que tremer o chão/ Amiga é agora/ Segura a minha mão [...] Ago, ago, ago é libertação” (Interpretação Elza Soares)¹¹

O Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” surgiu a partir da necessidade de um grupo de estudos específico sobre Feminismos Negros com as orientandas de mestrado. No entanto, entendendo que o Feminismo Negro surge do ativismo de mulheres negras, para com elas adentrar a universidade, compreendeu-se que seria contraditório fazermos esse estudo isoladas da dinâmica de luta que mulheres negras estão realizando dentro e fora da universidade.

Nesse sentido, estabelecemos parceria com o Centro Cultural Casa das Pretas, de Mato Grosso, o qual é fundado e coordenado pelo Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), com a presidência da professora Antonieta Luisa Costa. Localizado na Praça da Mandioca, centro histórico de Cuiabá, local tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Casa das Pretas

11 Elza Soares, BaianaSystem – Libertação (Feat. Virgínia Rodrigues) (Áudio). Composição de Russo Passa-Pusso. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6XrCS1G12ec>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

foi no passado um espaço usado para explorar pessoas negras no trabalho escravocrata, e hoje é um espaço ressignificado para afirmação da população negra em Mato Grosso¹².

Também fizemos parceria com a cantora Gê Lacerda, musicista e ativista cultural, reconhecida por suas produções de resistência e afirmação das mulheres e população negra. Sua composição autoral “Negra Flor”¹³ perpassou nossos encontros, canção de afirmação da beleza da estética negra.

A coordenadora da extensão, autora deste artigo, mediou os debates dos textos e Gê Lacerda, juntamente com a Profa. Dra. Lélica Elis Pereira de Lacerda, da área de Serviço Social, conduziram, ao longo dos encontros, as mediações artísticas das discussões dos textos com músicas de afirmação da mulher negra, sendo que instrumentos de percussão eram deixados no centro da roda para que todas as cursistas que desejassem também interagissem com a percussão do atabaque, mais o violão. Essas parceiras foram fundamentais para a realização do projeto, segurando as mãos em nossas aspirações mais genuínas de libertação, parafraseando a canção “Libertação”, citada na epígrafe desta seção.

Em 2019, ofertamos o projeto de extensão intitulado “Afirmação na Pós-Graduação: curso preparatório de negras e negros”, com objetivo de oferecer formação pré-acadêmica para pessoas negras, com vistas à participação em processos seletivos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O curso ocorreu nas modalidades presencial e não presencial, ofereceu as disciplinas Português Acadêmico, Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projetos, Políticas de Ações Afirmativas e a Pós-graduação. Contou com 95 inscrições, destas, houve 73 matrículas no curso, sendo 77,7% do sexo feminino e 22,3% masculino (Cordeiro; Costa; Santos, 2021).

12 Centro Cultural Casa das Pretas de Mato Grosso. Instagram @casadaspretasmt e @imunemt.

13 Ge Lacerda - CD Negra Flor. Música: Negra Flor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wGFG-WBoiN54>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

A maioria se autodeclarou da cor preta (74,1%), e os demais da cor parda (25,9%), sendo que oito pessoas informaram serem quilombolas. Tivemos 22 projetos de pesquisa entregues na primeira versão; após orientações individuais, 14 projetos avançaram em suas finalizações, sendo que 11 cursistas apresentaram seus projetos de pesquisa no Seminário Final, durante o encerramento do curso. Tivemos 06 cursistas aprovados/as como estudantes regulares de mestrado e doutorado, e 01 cursista como aluna especial no mestrado, o que expressa o impacto desta extensão enquanto uma ação afirmativa (Cordeiro; Costa; Santos, 2021).

Cabe ressaltar que, embora a maioria das pessoas cursistas fossem mulheres negras, as aprovações em programas de pós-graduação *stricto sensu* deu-se em sua maioria com os homens negros. Isso evidencia como questões estruturais complexificam a realidade das mulheres negras e tornam seu ingresso e permanência na educação superior muito mais desafiante, o que nos motivou a construir o Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, a partir de 2023, enquanto uma ação direcionada prioritariamente para as mulheres negras. Na próxima página segue o quadro com os textos estudados na extensão.

Com duração de sete meses, teve carga horária total de 640 horas, com distribuição de carga horária diferenciada entre equipe e cursistas. Ofertou um quantitativo de 40 vagas na modalidade presencial, com encontros que ocorriam alternadamente e de forma quinzenal no Instituto de Educação da UFMT e Centro Cultural Casa das Pretas, de Mato Grosso, às quartas-feiras de noite. Essa alternância visava que mulheres negras que não acessavam a universidade pudessem viver o espaço universitário, bem como aquelas que estavam na universidade pudessem vivenciar o espaço de militância.

Na fase de seleção, tivemos 63 inscrições, as quais foram homologadas e convocadas para participação no ciclo formativo. No ato da

Quadro 01 – Cronograma de Textos Estudados

HOOKS, bell. Intelectuais negras. <i>Estudos Feministas</i> , Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.
COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. <i>Revista Sociedade e Estado</i> , [online], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.
GONZALEZ, Lélia. <i>Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos</i> / organização Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. [p. 25-44 e 139-150]. Leitura complementar: CARDOSO, Cláudia Pons. “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez”. <i>Revista Estudos Feministas</i> (UFSC. Impresso), v. 22, p. 965-986, 2014.
LORDE, Audre. <i>Irmã Outsider: ensaios e conferências</i> . Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 137-171. [Capítulos: “As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”; “Idade, raça, classe e sexo: As mulheres negras redefinem a diferença”; “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo”].
LORDE, Audre. <i>Irmã Outsider: ensaios e conferências</i> . Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 186-224. [Capítulo: Olho no olho: Mulheres negras, ódio e raiva].
SOUZA, Neusa Santos. <i>Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social</i> . Rio de Janeiro: Graal, 2021. [Introdução e Capítulos 1, 2 e 3, p. 45-78].
OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. <i>Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas</i> . Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. <i>Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.</i>
OYĚWŪMÍ, Oyèrónké <i>A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero</i> . Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. [Capítulo “Colonizando Corpos e Mentes: gênero e colonialismo, p. 312-393 do pdf] Avaliação Coletiva do Ciclo Formativo.
OYĚWŪMÍ, Oyèrónké <i>A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero</i> . Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. [Capítulo “Colonizando Corpos e Mentes: gênero e colonialismo, p. 312-393 do pdf].
DAVIS, Angela. <i>Estarão as prisões obsoletas?</i> Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018. [Capítulo 4 e 6].
BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e Branquitude No Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). <i>Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Leitura Complementar: CARDOSO, Lourenço. <i>O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil</i> . 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. [Capítulo 4, p. 142-187].
Participação na Mesa redonda: “Arte e Educação das relações étnico-raciais”, na XVII Jornada Desigualdades Raciais Na Educação Brasileira, do NEPRE/UFMT.
EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. <i>Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo</i> . Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47. Leitura complementar: NASCIMENTO, Letícia C. P. <i>Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia</i> . <i>Revista Inter-Legere, [S. l.]</i> , v. 3, n. 28, p. c21581, 2020.

Fonte: elaboração própria (2023).

inscrição era necessário preencher um questionário no *Google Forms*, bem como enviar uma Carta de Apresentação contendo os seguintes itens: nome completo, as razões pelas quais desejava fazer a extensão, um breve histórico

de vida e trajetória escolar e participação em movimentos socioculturais; intenção de pesquisa, caso desejasse cursar pós-graduação no futuro, entre outras informações que considerasse relevante.

Ao final do ciclo formativo, éramos 27 mulheres assíduas. Podemos destacar como alguns resultados a elaboração de 05 projetos de pesquisa para participação em editais de seleção de mestrado. Os projetos abordavam temáticas como: “Negra Flor – A percussão como práxis educativa a partir do feminismo negro com meninas periféricas de Cuiabá/MT”, “Representações das crianças negras sobre regras e limites no espaço da educação infantil”, “Feminismos negros na perspectiva de uma prática educativa antirracista/ insurgente”, “Tornar-se Negra: o feminismo negro e a trajetória de desalienação de mulheres pretas não retintas à identidade negra”, e “Descolonizando o Currículo: por uma educação antirracista no ensino fundamental”. Tivemos 03 cursistas aprovadas no processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da UFMT.

A avaliação da extensão foi de caráter formativo e contínuo. A cada encontro presencial as cursistas avaliaram o processo de formação, o que permitiu inclusive revisões e ajustes com base na coletividade. Todas receberam no primeiro dia de encontro um Caderno de Campo para registros escritos das vivências, permitindo um acompanhamento contínuo concomitante às elaborações de sentidos do que ocorria ao longo do percurso. Além disso, observamos a participação nos encontros de formação, nas atividades interventivas, nas produções escritas, em especial os relatos de experiências.

Ao observarmos o perfil das 63 candidatas ao Projeto de Extensão, destacamos alguns aspectos relevantes. Em relação à nacionalidade, todas eram brasileiras e se autodeclararam do sexo feminino, apenas uma, na identidade de gênero, pontuou “agênero” (não se sente pertencente a nenhum gênero), as demais, “cisgênero” (se identifica com o gênero que lhe foi atribuído). Sobre a orientação sexual, a maioria se autodeclarou heterossexual (74,6%), seguida de bissexual (15,9%), lésbica (9,5%). Na faixa etária tivemos entre 43 a 34 anos (40%), 53 a 44 anos (26%), 33 a 23 anos

(24%), 64 a 54 anos (10%). Outra questão foi sobre a religião, autodeclararam não possuir (41,3%), católica (19%), evangélica (15,9%), umbanda (14,3%), e outras como candomblé, espiritismo, universalista/sufismo (9,5%). Quanto ao estado civil, se autodeclararam solteiras (47,6%), casadas (39,7%), divorciadas, separadas, viúvas ou união estável (12,7%). E, 57,1% afirmaram ter filhas/os, 42,9% não.

Sobre a escolaridade, 93,7% afirmaram já ter cursado ou cursar graduação, sendo que 87,9% já havia concluído o curso e 12,1% estavam com o curso em andamento. Destas, 67,8% eram em instituição de ensino pública e 32,2% privada. As áreas de formação que apareceram foram inúmeras: Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, Direito, Educação Artística com Habilitação em Música, Educação Física, Enfermagem, Filosofia, Gastronomia, História, Letras Português e Espanhol, Letras Português e Inglês, Pedagogia, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social. Quando indagadas se usaram algum tipo de ação afirmativa para acesso à graduação, das 59 respostas obtidas, 69,5% afirmaram que não, 20,3% cotas para negras/os, 5,1% cotas sociais, 3,4% Financiamento Estudantil (FIES) e 1,7% Programa Universidade Para Todos (Prouni).

Ao serem questionadas se tinham ou faziam pós-graduação, 33,3% afirmaram ter especialização, 31,7% mestrado, 28,6% não possuir, 6,3% doutorado. Sendo que, 36,4% ainda iam concluir seus cursos de pós-graduação. Do tipo de instituição de ensino, 72,9% na rede pública e 27,1% no ensino privado. Quando indagadas se usaram algum tipo de ação afirmativa para o acesso à pós-graduação, das 47 respostas obtidas, 78,8% afirmaram que não, 19,1% cotas para negras/os, 2,1% cotas para quilombolas.

Profissionalmente, tínhamos cursistas que estão empregadas (79,4%), autônomas (2,7%), ou desempregadas (7,9%), realizando serviços no setor público (83,3%), privado (8,3%) ou

autônomo (8,3%). Ao observar a renda das cursistas, metade pertence à Classe D (2 a 4 SM) e Classe E (Até 2 SM), visto que, 1,6% não possuem renda; 9,5% apresentam renda de até ½ salário-mínimo; 6,3% de ½ a 1 salário-mínimo; 20,6% de 1 a 2 salários-mínimos; 12,7% de 2 a 3 salários-mínimos; 33,3% de 3 a 5 salários-mínimos; 14,3% de 5 a 10 salários-mínimos; e 1,6% de 10 a 20 salários-mínimos.

A maioria das cursistas se autodeclararam da cor preta (63,5%), seguida de parda (27%), branca (9,5%), sendo que uma participante informou ser quilombola. Tínhamos pessoas que integravam movimentos sociais, grupos comunitários, escolas públicas e particulares, público interno da UFMT (docentes, discentes e técnicas), instituições governamentais federal, estadual e municipal, e organização privada. Grande parte pretendia se candidatar, no futuro, para mestrado (47,6%), doutorado (22,2%), graduação (9,5%) e não pretendiam (20,6%). Das que pretendiam tentar a pós-graduação, 61,3% já tinham tentado antes e 38,7% seria o primeiro processo seletivo que fariam. Destas, 73,8% não tinham ninguém na família com mestrado e/ou doutorado. Dentre as maiores dificuldades apontadas estão: elaboração do projeto de pesquisa, memorial descritivo, organização do tempo para estudo, entrevista de seleção e currículo lattes.

Nesse sentido, o tornar-se negra pode ser observado no relato de Santos (2024), sobre sua experiência na extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros”:

A participação ativa em grupos, coletivos e núcleos de estudo representa um apoio emocional e intelectual importante para as mulheres negras. Como o “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” ofereceu a mim oportunidade única de ir além das limitações acadêmicas, facilitando um espaço para diálogo, reflexão e solidariedade. A partir desse ciclo de estudos, mudei, desde a forma de me vestir e de me ver como mulher negra. A cada dia mais liberta do padrão eurocentrado de me vestir, pensar e escrever. A incorporação da música nas atividades desse grupo não apenas estabeleceu um ambiente acolhedor e estimulante, mas também promove um

senso de emancipação coletiva. Essa integração fortaleceu os vínculos entre nós participantes, revitalizando a força de cada uma para enfrentar os desafios que sistematicamente transpassam nossos corpos (Santos, 2024, p. 133).

Algumas cursistas produziram relatos de experiência que foram aprovados e apresentados durante o Seminário de Educação 2023 (Semiedu), do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da UFMT, cujos anais do evento ainda não foram publicados, a saber: “Conduzidas por Oyá: Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, de Cynthia Cristina do Nascimento; “Escrevivências na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFMT: um relato sobre a experiência no Oyá ciclo formativo em feminismos negros”, de Larissa Madalena da Silva Pinheiro e Josiane Rodrigues dos Santos; “Vivência e Interseccionalidade no Oyá: Ciclo Formativo em Feminismos Negros”, de Priscilla Stuart da Silva, Eleonora Maria de Queiroz Bondespacho, Eni Gonçalves da Silva Cambuí e Karla Fernandes¹⁴.

Com isso, falamos de escrevivências, como nos desloca Conceição Evaristo (2009), na escrita em seu amplo significado, em que tudo é palavra, em que estamos imbricadas em processos estéticos literários nos quais não nos desvencilhamos de nossas subjetividades, individual e coletivamente, da nossa autoria enquanto mulher negra. Deste modo, poetiza Grada Kilomba,

“Então, por que eu escrevo?/ Escrevo, quase como na obrigação/ Para encontrar a mim mesma/ Enquanto eu escrevo/ Eu não sou o Outro/ Mas a própria voz/ Não o objeto/ Mas o sujeito./ Torno-me aquela que descreve/ E não a que é descrita/ Eu me torno autora,/ E a autoridade/ Em minha própria história/ Eu me torno a oposição absoluta/ Ao que o projeto colonial predeterminou/ Eu retorno a mim mesma/ Eu me torno.” (Tradução livre do texto “While I Write” de Grada Kilomba, feito por Anne Caroline Quiangala/UNB).

14 Semiedu 2023. Disponível em: <<https://setec.ufmt.br/eventos/semiedu/wp-content/uploads/2023/11/EN-SALAMENTO-COMUNICACOES.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Considerações Provisórias

O Projeto de Extensão “Oyá Ciclo Formativo em Feminismos Negros” promoveu processos formativos a partir dos Feminismos Negros Insurgentes na interface com a educação e a arte, da compreensão de como raça, gênero e classe, e outras interseções operam no concreto da vida das mulheres negras, bem como de outras mulheres da Amazônia Legal.

As mulheres negras são as mais afetadas por violências e violações de direitos engendradas pela sociedade patriarcal, racista e capitalista, articulando-se a isso opressões ligadas a orientação sexual, geração, origem geográfica, entre outras, que tornam suas realidades muito mais complexas. Deste modo, as políticas de ação afirmativa têm sido um giro importante no enfrentamento ao racismo, ao afirmar positivamente a população negra e possibilitar a ocupação de outros lugares sociais, na contramão daqueles impostos pelo racismo e suas interseccionalidades, portanto, um legado dos nossos tempos, em especial na educação, ventos que nos movem para transformações estruturais importantes.

A superação do capitalismo de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal diz respeito ao futuro da humanidade e da terra. Lorde (2021, p.152-153) alerta que essas definições antigas de poder nunca nos atenderam, nem à terra que nos sustenta, velhas estruturas de opressão urgem serem alteradas concomitantemente às alterações que precisamos fazer das condições de vida que resultam delas, visto que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande”. Ela recorda os pensamentos de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, e o fato de que a transformação revolucionária diz respeito a libertação de situações opressivas, mas também libertação daquela parte do opressor internalizada em cada um/a de nós e que sabe apenas das táticas do opressor, das relações deste. O caminho está em aprimorar nossa autodefinição, e para nós mulheres, negras e

não negras, isso consiste em novos caminhos para nossa sobrevivência.

Portanto, nosso trabalho intelectual insurgente, que coloca em diálogo a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de uma educação popular voltada para emancipação humana, devolve ao povo o que é do povo, auxilia na compreensão do concreto da vida, na descolonização de corpos e mentes, e mais do que ter respostas, levantar criativamente novas perguntas. Nada de nós, sem nós!

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem, 2019.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história e essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e Branquitude No Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Lei das Cotas. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRASIL. **Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016**. Ações Afirmativas na Pós-graduação. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<https://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/Portaria-Normativa-n%C2%BA-13-de-11-de-maio-de-2016.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022 [recurso eletrônico]**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [online], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; COSTA, Candida Soares da; SANTOS, Sérgio Pereira dos. “Não ando só”: afirmação na pós-graduação, negritudes e os potenciais intelectuais que o racismo desperdiça. **Revista UFG (ONLINE)**, v. 21, p. e21.691972, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC/ UNESCO, 2005, p. 47-82.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flavia Rios, Márcia Lima**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HASENBALG, Carlos A. Raça, Classe e Mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. **Lu-gar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982, p. 67-102.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAESER. **Relatório Anual Das Desigualdades Raciais No Brasil 2009-2010**/ Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER). Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LE MOS, Rosalia de O. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 185, ano XVI, out./2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33592>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]. II VIGISAN: relatório final/ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PINHEIRO, Larissa Madalena da Silva. **Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação** Stricto

Sensu: A Permanência de Estudantes Negras/os cotistas da UFMT. 2024. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Josiane Rodrigues do. **Políticas De Ação Afirmativa na Pós-Graduação: Fatores Interferentes e Estratégias para a Permanência de Mulheres Negras Cotistas e Mães na UFMT**. 2024. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.º 16, 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Recebido em: 20/05/2024

Aprovado em: 12/08/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.